

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 150XII/ 3.ª SL

No dia 9 do mês de abril de 2014, pelas 12h10 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Ata n.º 149/XII/3.ª SL;**
2. **Distribuição de iniciativas:**
 - - **Relatório do Governo: Portugal na UE – 2013 - Parecer pedido pela Comissão de Assuntos Europeus (até 30 de Abril de 2014);**
 - - **Projeto de Lei n.º 538/XII/3.ª (PCP) - Regula o processo de decisão e acompanhamento do envolvimento de contingentes das Forças Armadas ou de Forças de Segurança Portuguesas em operações militares fora do território nacional (Primeira alteração à Lei n.º 31-A/2009, de 7 de Julho);**
3. **Apreciação e votação do parecer sobre a COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO – Abordagem global da UE em relação às crises e aos conflitos externos [JOIN(2013)30]**
Relator: Deputado Miranda Calha (PS);
4. **Outros assuntos.**

Depois de verificado o quórum, o Senhor Presidente da Comissão começou a dirigir os trabalhos da Comissão e deu início à reunião, com o ponto

1 - Aprovação da ata n.º 149/XII/3.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão colocou em aprovação a ata nº 149/XII/3.ª SL, da reunião da Comissão de 1 de abril, que foi aprovada por unanimidade pelos Senhores Deputados presentes do PSD, do PS e do CDS/PP.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 150XII/ 3.ª SL

2 - Distribuição de iniciativas

O Senhor Presidente da Comissão informou terem dado entrada na Comissão:

- o Relatório do Governo: Portugal na UE – 2013 - Parecer pedido pela Comissão de Assuntos Europeus (até 30 de Abril de 2014), que foi distribuído ao Grupo parlamentar do CDS/PP, que o elaborará;
- o Projeto de Lei n.º 538/XII/3.ª (PCP) - Regula o processo de decisão e acompanhamento do envolvimento de contingentes das Forças Armadas ou de Forças de Segurança Portuguesas em operações militares fora do território nacional (Primeira alteração à Lei n.º 31-A/2009, de 7 de Julho), que foi distribuído ao Grupo parlamentar do PSD, que o relatará.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello ponderou um tempo de espera na aprovação desse relatório, perante uma eminente apresentação de alterações da Lei do acompanhamento, pela Assembleia da República, de contingentes militares portugueses no estrangeiro pelo Governo, dialogando com o Senhor Presidente da Comissão, nesta perspectiva.

O Senhor Deputado Miranda Calha recordou a intervenção do Deputado João Rebelo na recente audição do Ministro da Defesa Nacional, com menção da proximidade da apresentação de alterações legislativas pelo Governo, e sublinhou a interligação deste Projeto de Lei com alterações da parte do Governo nesta mesma matéria.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello retomou esta questão, referindo que na Conferência sobre a PESC e a PCSD, em Atenas, nos dias 3 e 4 de Abril, onde representou a Comissão, foi discutida, por sugestão da Holanda e com apresentação de texto comparado da situação nos vários Parlamentos da UE, a participação dos Parlamentos no processo de decisão e no acompanhamento de forças militares no estrangeiro, pelo que valeria a pena ter em conta a prática nos outros parceiros europeus.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 150XII/ 3.ª SL

O Senhor Deputado André Pardal interveio, tendo em conta a proximidade da apresentação das propostas do Governo, no sentido de a Comissão poder articular, em termos temporais, estas duas iniciativas, dependendo da posição do Grupo parlamentar do PCP.

3 - Apreciação e aprovação do Parecer sobre a COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO – Abordagem global da UE em relação às crises e aos conflitos externos [JOIN(2013)30] - Relator Deputado Miranda Calha (PS)

O Senhor Deputado Miranda Calha apresentou o projeto de Parecer, que elaborara na qualidade de Relator sobre a COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO – Abordagem global da UE em relação às crises e aos conflitos externos [JOIN(2013)30], notando que esta temática está a ser abordada tanto na Comissão de Negócios Estrangeiros como na Comissão, tecendo diversas considerações sobre o necessário aprofundamento da PCSD, referindo-se aos posicionamentos europeus, inicialmente diferenciados, sobre a crise na Ucrânia.

O Senhor Deputado Correia de Jesus felicitou o Senhor Deputado Relator e considerou que a parte da opinião do Relator poderia constar do Relatório a aprovar pela Comissão.

O Senhor Deputado João Rebelo cumprimentou o Senhor Deputado Relator e referiu-se à menção feita à posição da Alta Representante Catherine Ashton, com escassa concretização.

O Senhor Deputado João Soares felicitou o Senhor Deputado Relator e sublinhou a utilidade do relacionamento desta análise com a situação na Ucrânia, que mereceria uma reflexão autónoma, e que lhe suscitavam preocupação, recordando recente deslocação a Kiev, bem como outras crises históricas similares (Goa e outros casos da época da Guerra Fria), tecendo diversas considerações sobre a situação na Ucrânia.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 150XII/ 3.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão colocou o projeto de Parecer apresentado sobre o projeto de Parecer sobre a COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO – Abordagem global da UE em relação às crises e aos conflitos externos [JOIN(2013)30] à votação, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos dos Senhores Deputados presentes do PSD, do PS e do CDS/PP.

4 – Outros assuntos

O Senhor Deputado Miranda Calha recordou sugestões feitas na última reunião para a audição do Ministro da Defesa Nacional, sublinhando a necessidade de ter diálogo com o Ministro da Defesa Nacional sobre estas matérias e recordando proposta feita para a audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, fundamentando esta opção e dialogando com

o Senhor Presidente da Comissão sobre esta matéria do acompanhamento pela Assembleia da República dos destacamentos das Forças Armadas em missões no estrangeiro.

Abordou a necessidade de revisão da Lei da Programação Militar, de que apenas recebeu relatório recente, e da Lei da Programação das Infraestruturas militares, tecendo diversas considerações.

O Senhor Deputado Correia de Jesus recordou recente audição do Ministro da Defesa Nacional, onde estas dúvidas poderiam ter sido colocadas, notando que este Ministro da Defesa Nacional tem vindo mais à Comissão que os seus antecessores, e concluindo que nada se passa de grave, para além de algumas notícias de jornais.

O Senhor Deputado Miranda Calha recordou o consenso para a reunião com o Ministro da Defesa Nacional, em diálogo com o Senhor Presidente da Comissão, esclarecendo que não pretendia chamar o Ministro da Defesa Nacional sobre os pontos abordados nas anteriores considerações.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 150XII/ 3.ª SL

O Senhor Deputado João Soares concordou com o Senhor Deputado Correia de Jesus sobre a vinda frequente do Ministro da Defesa Nacional à Comissão, tecendo considerações sobre as informações recebidas e a Política Externa portuguesa, ponderando, nomeadamente, a vinda do novo Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas à Comissão e um debate sobre a Ucrânia.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello recordou não ter havido informação prévia à Assembleia da República sobre os destacamentos das Forças Armadas em missões no estrangeiro, referiu-se à audição do Responsável pela execução das Contrapartidas e informou ter requerido na 1ª Comissão a audição do Comandante Geral da GNR sobre a participação em Missão da UE na República Centro Africana, tecendo dúvidas diversas.

O Senhor Deputado João Rebelo apreciou as diferentes posições das intervenções dos Senhores Deputados do PS, recordou explicações já dadas pelo Ministro da Defesa Nacional sobre o Mali e a República Centro-Africana.

Referiu-se à Lei de Programação das Infraestruturas militares, cujo relatório anual virá em Maio, prevendo-se a próxima audição do Diretor Geral das atividades económicas, responsável nesta matéria.

Em relação ao relatório da Lei de Programação Militar sublinhou a necessidade de revisão da Lei cada 2 anos, tendo apenas sido revista em 2006.

O Senhor Deputado Miranda Calha recordou ter proposto a audição dos Serviços de informações, dialogando com o Senhor Presidente da Comissão, que perspectivou esta audição, na sequência da já realizada com o CEMA, da marcada para a tarde de 22 de abril com o CEMGFA e da audição do CEME, de acordo com as disponibilidades.

A reunião foi encerrada às 13h20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de abril 2014.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 150XII/ 3.ª SL

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS CORREIA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Pardal
Correia de Jesus
João Soares
José de Matos Correia
Marcos Perestrello
Miranda Calha
Nuno Sá Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Braga
António Filipe
João Gonçalves Pereira
João Prata
Joaquim Ponte
José Lello
Mariana Aiveca
Mário Simões

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Arménio Santos
Catarina Marcelino
João Rebelo
Mónica Ferro
Rosa Maria Bastos Albernaz